

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 374**

Período: 24/04/2010 – 30/04/2010

GEDES – Brasil

- 1- Helicópteros russos são incorporados à frota da FAB
- 2- Ministério da Defesa obteve aumento considerável nos últimos anos
- 3- Exército realizará perícia topográfica em território brasileiro
- 4- Lei de Anistia tem sua interpretação mantida por decisão do Supremo Tribunal Federal
- 5- Brasil quer que governo iraniano garanta não haver intenções militares em seu programa nuclear
- 6- Brasil pretende doar três aviões militares ao Paraguai

1- Helicópteros russos são incorporados à frota da FAB

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Brasil formalizou a compra de 12 helicópteros russos modelo MI-35 no mês de outubro de 2008, sendo que três deles foram incorporados recentemente à frota da Força Aérea Brasileira (FAB) e os demais serão entregues até o final do ano de 2011. As negociações incluíram ainda a compra de suprimentos e armamentos para manutenção das aeronaves por um período de cinco anos. O periódico enfatizou que essa é a primeira compra de material bélico russo pelo Brasil, além de serem os primeiros helicópteros que a FAB adquire que são desenhados especificamente para situações de combate, sendo chamados de AH-2 Sabre. Além disso, serão instaladas no Brasil oficinas de manutenção de aeronaves que poderão prestar serviços para países sul americanos. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, participou de cerimônia realizada no dia 17/04/10, na Base Aérea da cidade de Porto Velho, estado de Rondônia, para a incorporação oficial das aeronaves, ocasião na qual frisou que a Rússia deverá investir de forma intensiva no Brasil e que haverá transferência de tecnologia em simuladores de voo. As aeronaves deverão servir para o patrulhamento armado das fronteiras da Amazônia, com capacidade de transportar até oito soldados e 1.500 quilos de armas – mísseis, foguetes e bombas. O modelo de helicóptero também é equipado com revestimento resistente e canhão russo de alta velocidade, podendo inclusive localizar alvos móveis e ser utilizado, portanto, em ações anti-guerrilha. Segundo a opinião do jornalista Roberto Godoy, os helicópteros fornecem à aviação militar brasileira maior poder de fogo e agilidade “para exercer na linha das fronteiras o poder de polícia” que atualmente a FAB possui. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/04/10)

2- Ministério da Defesa obteve aumento considerável nos últimos anos

O periódico *O Estado de S. Paulo* divulgou que o Ministério da Defesa teve seu orçamento acrescido em 44,54% nos últimos cinco anos, o qual tende a aumentar ainda mais com as recentes aquisições militares. Segundo o Ministério, não se trata de um aumento nos gastos, mas um restabelecimento orçamentário que, nas décadas de 1980 e 90, havia sido reduzido. Ademais, justifica o aumento como forma de reiniciar investimentos e considera aumentar

o efetivo militar para cerca de 500 mil militares. O professor Thomas Heye, coordenador da Graduação em Relações Internacionais do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), enfatizou a mudança na diretriz da Defesa, que deixou de focar-se na segurança interna para dedicar-se à defesa externa, uma vez que combater “o inimigo interno” não requer o mesmo investimento que assegurar a Defesa do país. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/04/10)

3- Exército realizará perícia topográfica em território brasileiro

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Serviço Geográfico do Exército irá realizar uma perícia topográfica com a finalidade de elucidar qual estado brasileiro, Mato Grosso ou Pará, possui o direito sobre uma área limítrofe de 2,2 milhões de hectares. O Supremo Tribunal Federal (STF), através do ministro Marco Aurélio Mello, foi o órgão que solicitou essa missão ao Exército, depois de aceitar uma petição feita pela Procuradoria de Mato Grosso, que reivindica o território que atualmente pertence ao Pará. Ao ser aprovada no início do mês de abril de 2010, a ordem deve ser cumprida pelos militares no prazo de 120 dias. (Folha de S. Paulo – Brasil – 26/04/10)

4- Lei da Anistia tem sua interpretação mantida por decisão do Supremo Tribunal Federal

A expectativa antes da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de rever a Lei da Anistia de 1979, ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), gerou algumas declarações favoráveis e desfavoráveis antes da decisão oficial. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o senador Pedro Simon afirmou no dia 26/04/10, durante plenário, que a tortura não poderia ser considerada um crime político, uma vez que fere a dignidade humana, e destacou que o Brasil é o único país latino-americano no qual os envolvidos na ditadura militar (1964-1985), que mataram e torturaram, ainda não foram julgados. Por outro lado, a *Folha de S. Paulo* destacou que José Serra, Dilma Rousseff e Marina Silva, os três principais pré-candidatos à eleição presidencial, eram desfavoráveis a uma mudança no atual momento, pois traria maior tensão política ao debate e insegurança jurídica. No *Jornal do Brasil*, foi noticiado que o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, esperava que o STF interpretasse a Lei como sendo aplicável somente aos crimes ideológicos e políticos e não aos crimes comuns, nos quais se enquadra a tortura, permitindo assim que fossem instaurados processos judiciais contra os torturadores. Entretanto, no dia 28/04/10, segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro do STF, Eros Grau, relator da ação, votou contra a revisão da Lei da Anistia. De acordo com o ministro, a anistia foi um grande pacto político que serviu como ponte para a redemocratização e só não foi tão ampla porque, na época, não se contemplou os já condenados por crimes como terrorismo. Afirmou que "nem mesmo o Supremo Tribunal Federal está autorizado a reescrever leis de anistia. Só o Congresso Nacional poderia fazer isso". O STF decidiu por 7 votos a 2 que a atual interpretação da Lei é válida e, portanto, será mantida de acordo com voto proferido pelo ministro relator. Contudo, os ministros que votaram pela validade da lei declararam que reprovam os atos de tortura e afirmaram que a sociedade tem o direito de

saber o que realmente aconteceu durante a ditadura. Já os ministros Ricardo Lewandowski e Ayres Brito, que foram vencidos na decisão, acreditam a que lei não se estende aos agentes públicos que cometeram crimes comuns, como tortura, seqüestro, assassinatos e estupros durante os governos militares. A OAB, através de seu presidente, Ophir Cavalcante, lamentou a decisão que, em seu ponto de vista, foi um retrocesso com relação aos preceitos fundamentais contidos na Constituição Federal de 1988 e às Convenções Internacionais. Dentre os críticos da decisão estão o ex-ministro da Justiça, Tarso Genro, o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, e a vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, Victória Grabois, que afirmou que mais uma vez o Brasil fica atrás dos demais países da América Latina, que tem revisto suas leis de anistia. Em contraposição, a decisão foi elogiada pelo brigadeiro Ivan Frota, o advogado Roberto Delmanto, o constitucionalista Ives Granda, os deputados federais José Anibal e João Almeida e a pré-candidata à presidência da República Marina Silva. A colunista Dora Kramer, do jornal *O Estado*, defendeu que a Lei da Anistia não foi um acordo de cúpulas, mas um movimento iniciado nas ruas e que, portanto, negociado e decidido pela sociedade, mas isso não se confunde com o direito à verdade acerca dos fatos ocorridos durante a ditadura. De acordo com a *Folha*, a manutenção da Lei demonstra que o país opta sempre pela via da conciliação ao invés do confronto e, com isso, “prevaleceu o medo atávico de enfrentar as vergonhas do passado”, pois o que havia no período em que a Lei foi aprovada era uma oposição consentida, com um Congresso que funcionava subjugado e manietado. Segundo *O Estado*, a decisão proferida pelo STF ainda pode ser discutida em cortes internacionais, o que já vem acontecendo na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em que o Brasil está sendo acusado por detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado dos membros da Guerrilha do Araguaia (1967-1974). Isso é possível porque o Brasil é membro de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e signatário de declarações que determinam que o julgamento a certos crimes que transcendem a fronteira da legislação nacional, o que é o caso da tortura. Isto foi um ganho que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial e criou os chamados crimes contra a humanidade, que em seu teor também abrangem ações ilícitas cometidas pelo Estado contra seus nacionais por motivos políticos, além de os mesmos serem considerados imprescritíveis e não passíveis de anistia. (Folha de S. Paulo – Brasil – 28/04/10; Folha de S. Paulo – Brasil – 29/04/10; Folha de S. Paulo – Brasil – 30/04/10; Jornal do Brasil – País – 28/04/10; Jornal do Brasil – País – 29/04/10; Jornal do Brasil – País – 30/04/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/04/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/04/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/04/10)

5- Brasil quer que governo iraniano garanta não haver intenções militares em seu programa nuclear

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* divulgaram que o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em visita à Teerã, capital do Irã, disse que o governo iraniano deve garantir à comunidade internacional que seu programa nuclear não tem fins militares, eliminando todos os elementos que justifiquem as suspeitas de produção de armamentos

nucleares e acabando com todas as ambigüidades existentes, para que assim se promova uma solução negociada. Tal atitude também será cobrada pelo presidente da República, Luiz, Inácio Lula da Silva, em sua visita ao país no próximo mês. Amorim disse que as conversas foram profundas e complexas, mas não definitivas, e ainda que o governo brasileiro está disposto a considerar a possibilidade de enriquecer urânio para o Irã em território brasileiro, mas deixou claro que até o momento ninguém fez este pedido. Já o assessor da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, disse que em meio às ameaças internacionais de sanções, há a possibilidade de invasão ao Irã por tropas de países contrários ao enriquecimento de urânio, assim como ocorreu com o Iraque. Os Estados Unidos têm se mostrado incomodados com a expansão das relações do Irã com países da América do Sul, isto porque desde a eleição de Mahmoud Ahmadinejad, em 2005, o Irã abriu embaixadas na Colômbia, Chile, Equador, Uruguai e Bolívia, e já mantém relações com Cuba, Argentina, Brasil, México e Venezuela. Para o secretário de Defesa estadunidense, Robert Gates, a preocupação surge devido à "atividade subversiva" do Irã na América do Sul. (Folha de S. Paulo – Mundo – 28/04/10; O Estado de S. Paulo – Internacional – 28/04/10; Jornal do Brasil – Internacional – 28/04/10)

6- Brasil pretende doar três aviões militares ao Paraguai

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, uma comissão do Senado aprovou a doação de três aviões militares brasileiros ao Paraguai, sugerida pelo senador Romeu Tuma, como parte de um acordo de cooperação militar mantido entre os dois países. A doação ainda precisa ser aprovada em plenário no Senado e em seguida na Câmara dos Deputados. Ela acontece no momento em que ocorre uma operação de combate a grupos de narcotraficantes no Paraguai, que atuam na fronteira com o Brasil. Os aviões, do modelo Embraer T-27 Tucanos, servem para treinamento militar, mas não foi divulgado se a doação seria de aeronaves novas ou já usadas. O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente paraguaio, Fernando Lugo, devem se encontrar no dia 03/05/10, na cidade de Ponta Porã, estado do Mato Grosso do Sul, para discutir a adoção de uma política comum de segurança fronteiriça contra o narcotráfico. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/04/10)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br.

****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsita CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Suellen Maiolli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)